

A munição para o segundo mandato

■ Em caso de reeleição, governo pretende colocar ordem no caixa com a criação de novos sistemas tributário e previdenciário

CLAUDIA SAFATLE

BRASÍLIA - Uma nova reforma da Previdência Social será enviada ao Congresso Nacional no segundo governo de Fernando Henrique Cardoso, se o presidente for reeleito. As mudanças previdenciárias aprovadas pelo Senado Federal, na última semana, têm uma função limitada, porém imperiosa: estancar a trajetória explosiva do caixa federal e dar tempo ao governo para criar um novo regime de seguridade social.

Essa é a estratégia delineada pelo secretário de Política Econômica do ministério da Fazenda, José Roberto Mendonça de Barros. Ele expôs, em entrevista ao **Jornal do Brasil**, como o governo enfrentará, em três frentes, a questão fiscal após 1998: 1) com um novo sistema de previdência social sob o regime de capitalização e fundos de pensão para a aposentadoria complementar; 2) uma reforma fiscal efetiva, que redesenhe o sistema tributário nacional, elimine os impostos em cascata e crie o imposto sobre valor adicionado e sobre vendas, além de redistribuir as atribuições da União, Estados e Municípios; e, como consequência, 3) um Orçamento Geral da União "talhado pela normalidade", como ele define.

Ou seja, como nas economias estáveis, o orçamento passaria a ser a expressão real das receitas e despesas do governo federal e não mais, como é hoje, onde vigora uma enorme distância entre o que o orçamento prevê e a sua execução financeira, marcada pelo "voluntarismo" da equipe econômica, como ele qualifica.

Poupança - Daqui até o início do eventual segundo mandato de Fernando Henrique, o desempenho das finanças públicas não será nada brilhante, mas Mendonça de Barros acha que dá para levar. O desafio mesmo é mostrar para os investidores nacionais e internacionais que o governo tem uma estratégia para médio e longo prazo e que ela desembocará na formação de uma massa de poupança interna capaz de sustentar um crescimento contínuo da economia.

O governo pretende também provar que toda a engenharia fiscal será consistente com a queda no déficit em conta corrente do balanço de pagamentos. E, finalmente,

que tudo isso nos eixos impedirá solavancos na política cambial.

"Embora não minimize as dificuldades, começa a ficar claramente delineado para nós o que significa consolidar os fundamentos da estabilização", diz o secretário. O equilíbrio das contas públicas só será atingido com o crescimento contínuo da economia, já que a arrecadação de impostos é maior quanto maior for a renda.

Se a lição de casa for executada, e bem, Mendonça de Barros acredita que o país entraria numa nova etapa, marcada pela redução substantiva da taxa de juros, novos suportes para mais investimentos, aumento da produtividade e redução do déficit comercial.

Traduzindo esse cenário num discurso político, serão novas oportunidades de emprego e renda e não um mero dispêndio populista. "Isso é dar esperanças", resume o secretário, numa referência à necessidade de o presidente Fernando Henrique avançar no seu discurso como candidato à reeleição e oferecer à sociedade algo mais que a queda da inflação.

A privatização de empresas públicas federais e estaduais é que vai financiar o déficit da União e dos estados ao longo do ano que vem. Ela terá consequências diretas melhores do que imaginavam os economistas oficiais, já que o ágio tem sido substancialmente maior do que era esperado.

Um exemplo: o ágio apurado no leilão do terminal de contêineres (Tecon) do porto de Santos superou os R\$ 120 milhões necessários para pagar os impostos atrasados e bancar o Programa de Demissões Voluntárias do Tecon.

Mendonça de Barros acha que esses ágios - que decorrem da percepção do setor privado interessado nas estatais de que esses ativos, bem geridos, vão agregar valor - podem aumentar a receita total da privatização em pelo menos 50%.

Cortes - Fora a receita direta que será usada, em parte, para abater dívida pública, há ainda os efeitos que poderão ser colhidos com a redução da máquina administrativa instalada para administrar as empresas estatais nos ministérios correspondentes. Só o ministério das Comunicações poderá sofrer uma redução de um terço (1/3) de pessoal, mesmo depois de transferir parte dos seus qua-



Brasília - Jamil Bittar

Mendonça de Barros acredita que só poupança interna pode garantir crescimento sustentado para o país

dro para a agência reguladora.

Para os estados, essa receita, segundo Mendonça de Barros, será muito útil para dar o aporte inicial de recursos aos fundos de pensão dos servidores públicos, cuja criação já está em andamento nos estados da Bahia, Paraná e Rio Grande do Sul. Com isso, os governos es-

taduais poderão reduzir o peso dos futuros aposentados da folha de pagamento.

O secretário não é partidário de uma política fiscal xiita. Acha desnecessário ter receitas que cubram todas as despesas e ainda paguem a totalidade dos juros da dívida pública. Ou, em linguagem dos

economistas, ter superávit primário suficiente para pagar as despesas financeiras.

Com uma economia estável e rumos bem delineados, torna-se possível rolar os juros a custos menores. Para ele, importante é ter como meta para os próximos anos a estabilidade na relação dívida lí-

quida/produto interno bruto em 34%.

Neste ano, essa relação estará próxima disso, mas a trajetória, se não for interceptada por medidas mais duras, é crescente: 38% em 98, 40% em 1999 e assim por diante, podendo bater na casa dos 50% do PIB no ano de 2003, segundo cálculos do economista Raul Velloso, com os quais Mendonça de Barros tem poucas divergências.

Falência - O país só poderá manter um crescimento sustentado se tiver uma massa de poupança interna que garanta isso. Senão, ficará eternamente dependente dos recursos trazidos de fora do país. A criação de fundos de pensão como complemento à previdência pública universal, que deverá ser limitada a algo como três salários mínimos, é um instrumento chave para a formação dessa poupança.

E é aí que entra em cena o economista André Lara Resende. Convidado a trabalhar para o governo, ele terá um escritório no BNDES em São Paulo e como primeira tarefa montar a transição entre um regime de previdência pública universal falido e um novo sistema, calcado nos fundos de previdência complementar.

Parece pouco, mas não é. Trata-se de uma engenharia gigantesca, já que só para fazer essa transição no setor público federal, será preciso amealhar mais de R\$ 100 bilhões para dar a partida no fundo de pensão. Isso sem falar no INSS.

Impostos - Mendonça de Barros confirmou que o governo criará um Fundo de Ativos, conforme proposto por Velloso, com parte das receitas das privatizações, para financiar as aposentadorias já tidas como direito adquirido no setor público federal.

Só agora o governo retoma o interesse na reforma tributária e na redefinição de atribuições e responsabilidades nos três níveis da federação. "Não há solução a longo prazo para a economia com impostos em cascata", reconhece Mendonça de Barros.

Para não dificultar a discussão sobre repartição de atribuições, ele sugere que a distribuição atual de receitas entre União, estados e municípios seja tomada como ponto de partida para o debate. "O mapa do jogo está cada vez mais claro", conclui o secretário.